

**Juntas somos mais fortes:  
reflexões sobre politização de relações de trabalho e gênero no *Facebook***

***We are stronger together:  
reflections on the politicization of work relationships and gender on Facebook***

Enise de Castro SILVA<sup>1</sup>  
Julia Ester DE PAULA<sup>2</sup>

## **Resumo**

Este artigo pretende investigar sobre a politização das relações de gênero, com foco em tematizar a naturalização da exploração de mulheres por mulheres. Para isso, olharemos para o anúncio intitulado “moradia compartilhada – juntas somos mais fortes”, postado no *Facebook* em julho de 2017 pela designer Patrícia Malizia. O texto está organizado em três partes: Primeiramente, realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre divisão sexual do trabalho e sua consequência para as atividades remuneradas na sociedade. Depois, investigamos sobre a politização de pautas de gênero e serviço doméstico. Enfim, apresentamos o anúncio escolhido para estudo e a análise feita e discutimos sobre naturalização da exploração de mulheres à luz dos conceitos apreendidos. Como afirmamos no princípio do texto, a internet é um espaço privilegiado para circulação de diferentes demandas por parte de grupos minoritários que nem sempre aparecem no discurso da grande mídia.

**Palavras-chave:** Politização. Trabalho. Relações de gênero.

## **Abstract**

This paper aims to investigate on politicization of gender relations, focused on discussing the naturalization of exploitation of women by women. In order to do so, we are going to analyze the advertisement entitle “shared house: we are stronger together”, posted on Facebook on July 2017 by designer Patricia Malizia. This text is organized in three parts: First, we did a brief literature review about sexual division of labor and its consequences for the paid activities in society. Then, we investigated on politicization of guidelines of gender and domestic work. Finally, we present the chosen advertisement and the analyzes done and discuss about naturalization of exploitation of

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGCOM/UFMG. Membro do Grupo de pesquisa em Imagem e Sociabilidade – Gris/UFMG. E-mail: enise.c.s@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGCOM/UFMG. Membro do Grupo de pesquisa em Mídia e Esfera Pública – Eme/UFMG. E-mail: juliaester.paula@gmail.com

women enlightened by the apprehended concepts. As we stated at the beginning of the text, the internet is a privileged space for circulation of different demands of minorities, which hardly ever show up on mass media discourse.

**Key-words:** Politicization. Work relationships. Gender relations.

## Introdução

O debate sobre relações de gênero e exploração da mulher tem ocupado um papel cada vez mais importante na sociedade contemporânea. Violência doméstica, relações abusivas, assédio, aborto, desigualdade de salários são temas que passaram por um processo de politização, tornando-se amplamente discutidos. Neste aspecto, as mídias de massa e sociais desempenham um importante papel na impulsão de questionamentos e visibilização de questões acerca desses assuntos, de modo a contribuir para a dinâmica da conversação social sobre eles.

Pudemos presenciar, recentemente, o quanto a internet e, principalmente, as redes sociais online tornaram-se peças fundamentais para a emergência das discussões públicas. Essas mídias auxiliam na visibilização dessas discussões, fomentam debates, mostram opiniões minoritárias, de modo a romper, ainda que brevemente, com espaços de poder. Através disso, propiciam reflexões e ajudam no engajamento na luta para superar desigualdades.

As hashtags #primeiroassédio e #meuamigosecreto são exemplos de ações que mobilizaram um grande número de mulheres no Brasil. Guardando as determinadas diferenças, ambas trouxeram a público a questão dos assédios e machismo constantes sofridos por mulheres desde muito cedo. Alguns dos relatos são, inclusive, de acontecimentos da infância e de abusos cometidos por parte de homens com quem tinham vínculos familiares ou afetivos.

Algum tempo depois, a página “Eu, empregada doméstica” surgiu no Facebook, a partir de relatos compartilhados por mulheres dessa classe trabalhadora usando a hashtag de mesmo nome. Esses relatos diziam de diversos tipos de abusos sofridos por elas em seu dia-a-dia de trabalho e foram reunidos pela criadora da página depois de seu próprio relato viralizar e mobilizar um grande número de pessoas.

Em uma outra linha, as redes sociais permitem a formação de grupos de discussão sobre diferentes temáticas e nós, mulheres, temos utilizado desta arena para fazermos circular entre nós mesmas informações de nosso interesse e para nossa proteção, além de poder debater sobre questões que nos afetam enquanto coletividade, seja em termos gerais (grupos de debate sobre feminismo, formas de enfrentamento ao machismo, etc) ou em grupos específicos (feminismo negro, lésbico, mães, profissionais de classe, etc).

Acreditamos que estes espaços auxiliam na politização, isto é, na passagem de um tema da vida íntima para discussão na esfera pública, de assuntos referentes às relações de gênero e na luta por direitos das mulheres. Entretanto, a identidade social da mulher, em especial, a naturalização do cuidado como atribuição feminina, a colocam em posição de vulnerabilidade perante a sociedade, de modo que explorações ainda são comuns e realizadas mesmo por pessoas do sexo feminino.

Assim, este artigo pretende investigar sobre a politização das relações de gênero, com foco em tematizar a naturalização da exploração de mulheres por mulheres. Para isso, tomaremos como objeto o anúncio intitulado “Moradia Compartilhada – juntas somos mais fortes”, postado no *Facebook* em julho de 2017 pela designer Patrícia Malizia<sup>3</sup>. Na publicação, a autora oferecia vaga para outra mulher morar em seu “apartamento descolado na zona sul” em troca de serviços domésticos e cuidados de uma criança de sete anos. O anúncio gerou discussões e foi denunciado ao Ministério Público do Trabalho de São Paulo – MPT/SP, de modo a alcançar o terceiro tipo de politização, o da responsabilização das instâncias governamentais (WOOD e FLINDERS, 2014).

O texto está estruturado em três partes. Primeiramente, realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre divisão sexual do trabalho e sua consequência para as atividades remuneradas na sociedade. Depois, investigamos sobre a politização de pautas de gênero e serviço doméstico. Enfim, apresentamos o anúncio escolhido para estudo e a análise feita e discutimos sobre naturalização da exploração de mulheres à luz dos conceitos apreendidos.

---

<sup>3</sup> Utilizamos aqui o nome da designer por esse ter sido divulgado publicamente nas matérias de jornal e estar presente nos autos do processo no Ministério Público.

## **A divisão sexual do trabalho e as atividades remuneradas**

O trabalho é uma das atividades mais importantes para os indivíduos da nossa sociedade. A maioria das rotinas são organizadas em torno dele, como o “horário comercial” no Brasil, e, de acordo com Deranty (2009), é por meio principalmente do trabalho que pessoas conseguem atingir um nível satisfatório de reconhecimento e autorrealização no mundo capitalista.

O que é possível perceber com facilidade, entretanto, é que existem fatores que facilitam ou dificultam essas conquistas, limitando as possibilidades dos indivíduos e criando hierarquias de valor para esses. O status e a recompensa financeira atribuídos às distintas atividades realizadas pelas pessoas na nossa sociedade são capazes de revelar como cada uma delas é apreciada, tendo em vista os interesses do capital e dos grupos hegemônicos.

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), o capitalismo é um sistema fundamentalmente dependente da venda da força de trabalho daqueles que não possuem capital suficiente para exercer outra função. Não bastasse apenas essa assimetria, cuja ideia de liberdade de escolha do trabalhador tenta suavizar, entre os próprios trabalhadores, ao longo da história, hierarquias de apreciação vão se formando e se modificando com a intenção de mantê-los engajados no sistema.

Embora essa característica do capitalismo se faça presente nas diversas nações que adotam o sistema, em cada localidade e sociedade existem especificidades na sua emergência. No caso do Brasil, Souza (2009) aponta a existência de uma classe de pessoas, a qual ele atribui o nome de *ralé*, que sobrevive historicamente da venda de trabalho braçais e relacionados com o corpo, da maneira mais crua possível. Passando muito levemente pelo que ele coloca, podemos dizer que as possibilidades de ascensão social dos seus membros são quase inexistentes porque as ideologias correntes e o *habitus* de classe estruturam tão fortemente o cenário, que se torna pouco provável que essas pessoas ocupem posições diferentes na sociedade ao longo de suas vidas. Os postos de trabalho que ocupam são aqueles que não requerem conhecimento formal ou técnico-científico e os salários são baixos, quando existem, contribuindo para a perpetuação das condições de vida precárias dessa população.

Ao caracterizar as atividades de *labor*, diferenciando-a das dos outros tipos de atividade humana (trabalho e ação), Arendt (1999) fornece mais uma ferramenta que auxilia o pensamento sobre esse cenário. As atividades de *labor*, como definidas pela autora, são destinadas à manutenção da vida e da obra humana. No cenário capitalista atual, possuem menor valor atribuído, justamente por se caracterizarem enquanto não produtivas. Seus resultados não geram produtos ou itens passíveis de comercialização, muito menos possuem alguma duração, uma vez que, por se tratarem de atividades de manutenção, são “consumidos” assim que o trabalho é terminado ou mesmo ao longo dele (SORATTO, 2006). E mesmo o trabalho de criação de uma criança, que não trata apenas de mantê-la viva, mas de prepará-la para o convívio em sociedade (e, portanto, ser uma atividade de reprodução, em que aquele indivíduo incorporará e será incorporado pelas normas de determinado grupo), é completamente invisibilizado pelo caráter não produtivo.

Então, encontramos no escopo dessas atividades os serviços domésticos e o cuidado com os mais frágeis como atividades claramente destinadas à preservação da vida e do mundo humano. Isso implica que são indispensáveis não só em termos de sobrevivência individual, mas também de coletividade, pois, principalmente quando se trata do cuidado, se destina à formação de novos membros da sociedade, como mencionamos acima, e garantia de qualidade de vida daqueles já contribuíram com o social a seu modo e guardam alguma sabedoria sobre tradições e normas de um grupo.

Embora quando se trate desse tipo de serviço o fator produtivo que citamos, caro ao sistema capitalista e seus interesses, não é o único que atua na determinação de um valor para o serviço doméstico. Seu status social e remuneração atribuída estão fortemente ligados também à hierarquia proveniente da divisão sexual do trabalho.

Segundo Flávia Biroli (2017) as pesquisas dentro da temática do gênero e trabalho entendem a divisão sexual do trabalho como algo que organiza e perpassa as relações sociais. De acordo com as perspectivas que ela recupera em seu livro, patriarcado e capitalismo são sistemas distintos que se sobrepõe quando o assunto é a opressão que as mulheres sofrem em nossa sociedade. Segundo elas, o capitalismo não possui em si, nenhuma necessidade histórica que justifique a divisão sexual do trabalho. Entretanto, o campo que é configurado a partir da sobreposição desses sistemas faz com que, mesmo com as mudanças que já aconteceram em termos de garantia de

participação no mercado e direitos às mulheres, elas continuam tendo seu acesso a atuação na vida pública dificultado pela atribuição desigual das atividades de manutenção da vida humana, sejam elas o cuidado de crianças, idosos ou de casas, incluindo a responsabilidade de prover alimentação.

Soratto (2006), aponta como o possível princípio dessa atribuição desigual de tarefas domésticas na era capitalista os acontecimentos da Revolução Industrial e a necessidade de incorporação de mão-de-obra das mulheres fora do ambiente doméstico. Embora tenham saído de casa para trabalhar nas fábricas, as atividades realizadas no âmbito doméstico não passaram a ser partilhadas entre todos que delas necessitavam e se beneficiavam. Permaneceu a elas a função de cuidar da casa e dos filhos, e, a partir do momento em surgiu uma classe de trabalhadoras capaz de pagar a outras mulheres, mais pobres, para que cuidassem de suas casas e filhos, uma nova categoria de mulheres trabalhadoras apareceu, garantindo o cumprimento dessas tarefas. Isso garantiu, conseqüentemente, todo um modo de participação a primeira categoria de trabalhadoras na vida pública e criou mais uma camada de opressão no caso das mulheres mais pobres.

No Brasil, um outro fator se acrescenta a esse pano de fundo que organiza as relações de trabalho, que é o da raça. A reprodução e atualização de práticas racistas que fazem com que a maior parte da classe nomeada por Souza (2009) de *ralé* seja negra, expõe principalmente mulheres negras e pobres à ocupação de atividades remuneradas precarizadas, como o trabalho doméstico. Desse modo, embora todas as mulheres acabem sofrendo em alguma medida com os problemas colocados pela divisão sexual do trabalho, existem outros fatores que complexificam ainda mais a situação de algumas mulheres, como raça e classe social, e as colocam em situação de exploração, inclusive por outras mulheres:

Os arranjos familiares e os padrões da divisão sexual do trabalho modificaram-se, mas continuam a implicar, nas suas formas correntes, maior vulnerabilidade relativa para as mulheres, em especial as mais pobres. O diagnóstico dessa vulnerabilidade relativa não implica [...] a pressuposição de que todas as mulheres são igualmente impactadas por esses arranjos e padrões. A exploração do trabalho e a expropriação do tempo e da energia das mulheres não têm apenas homens na outra ponta das relações cotidianas que as afetam. (BIROLI, 2017, p. 34-35)

Parte do problema existente se deve ao fato de que, como apontado por Biroli, há pouca problematização da divisão entre público e privado quando o assunto é trabalho. Como dissemos acima, embora as mulheres tenham passado a ocupar posições remuneradas fora de casa, no espaço doméstico as atividades continuaram a ser, majoritariamente, responsabilidade delas. E essa situação não se restringe somente a mulheres casadas. Após o divórcio, o encargo de cuidar dos filhos ainda é atribuído, em grande parte dos casos, a mulher.

Nesse contexto, os homens e o Estado se beneficiam imensamente da exploração do trabalho das mulheres; os primeiros usufruindo de um tempo livre muito maior que o delas por não se ocuparem das atividades domésticas. O segundo por poder se beneficiar da riqueza produzida pelas mulheres sem arcar com os custos de investir na formação dos novos membros da sociedade, com a universalização do direito à creche para crianças pequenas, por exemplo, falhando também em garantir às cidadãs mulheres plena oportunidade de se engajarem na vida pública.

## **Maternidade, cuidado e serviço doméstico: politização**

Conforme discutido no tópico anterior, devido a pouca problematização da divisão sexual do trabalho as mulheres são colocadas em situação de vulnerabilidade perante os homens e a sociedade. De acordo com Susan Okin, as mulheres

são primeiramente expostas à vulnerabilidade durante o período de desenvolvimento por suas expectativas pessoais (e socialmente reforçadas) de que serão as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, e que para preencher esse papel elas precisarão atrair e manter o suporte econômico de um homem, para cuja vida profissional se espera que elas dêem prioridade. Elas se tornam vulneráveis pela divisão atual do trabalho dentro de quase todos os casamentos atuais. Elas têm desvantagens no trabalho pelo fato de que o mundo do trabalho pago, incluído o profissionalizado, é ainda amplamente estruturado em torno da presunção de que ‘trabalhadores’ têm esposas em casa. Elas se tornam ainda mais vulneráveis se são as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, e sua vulnerabilidade atinge um pico se seus casamentos terminam e elas se tornam mães solteiras. (OKIN, 1989, p. 139)

As tarefas de cuidados são pouco discutidas, uma vez que desde as mulheres são socializadas desde a infância a serem as principais responsáveis por elas. Além disso, um dos pilares da identidade feminina é a representação da maternidade, ou, na verdade,

da “boa mãe” (PATIAS; BUAES, 2012). Neste aspecto, responsabilidade, zelo, dedicação e abnegação são percebidos enquanto características inerentes às mulheres, de modo que aquelas que não se encaixam nessa descrição são percebidas como estando fora do padrão (ROCHA-COUTINHO, 2009).

Assim, o cuidado com a casa e com os filhos, durante muito tempo não foi entendido enquanto um trabalho ou algo que demanda esforço e aprendizado por parte das mulheres e com a entrada das mulheres de classe média no mercado profissional, esta situação pouco mudou. Ao saírem de casa para trabalhar fora, as mulheres de classe média deixavam outras cuidando de seus filhos. Dado que os cuidados eram vistos como naturais, não eram percebidos como um serviço, e sim como uma ajuda, algo que poderia ser feito juntamente com outras funções, como a limpeza e organização da casa. Neste caso, empregadas domésticas eram, por vezes, contratadas para limpar, cozinhar, lavar roupas e cuidar de crianças, ainda recebendo baixos salários, por ser considerada uma função de menor importância ou dificuldade.

Nos últimos anos, contudo, com a ampliação das mídias de massa pode-se dizer que as relações de gênero e, neste caso, a maternidade e o trabalho de cuidado passam por um movimento de politização. A politização é definida como um processo no qual um tema ultrapassa os limites da vida íntima e passa a ser discutido também na esfera pública (WOOD e FLINDERS, 2014). Este processo poderia acontecer em três tipos: i) pela publicização, isto é, através discussão de temas que antes eram intocados; ii) pela generalização, ou seja, por meio da identificação do tema enquanto um problema coletivo; e iii) pela responsabilização, em outras palavras, pela impulsão da discussão para a esfera governamental.

O primeiro tipo de politização é referente à capacidade de deliberar sobre assuntos que antes eram considerados sagrados ou destinos inevitáveis. O cuidado com crianças, percebido como um instinto feminino, pode então ser visto também através de um novo viés, possibilitando o surgimento de uma discussão sobre o tema. As campanhas sobre “maternidade real” nas redes sociais, nas quais mães escreviam relatos sobre os desafios na criação de um filho, principalmente em relação ao tratamento e à expectativa recebidos por parte da sociedade, são exemplos deste tipo de politização. Os relatos publicados foram compartilhados, a mídia difundiu informações e aumentou o alcance das publicações e mais mulheres continuaram a relatar suas experiências. A

partir disso, diferentes pessoas puderam refletir sobre o tema, questionar alguns assuntos específicos, fiscalizar abusos e discutir maneiras para alcançar melhorias (HABERMAS, 1997; MAIA, 2017).

O entendimento de um tema enquanto de interesse público e não como algo particular é o segundo tipo de politização relatado por Wood e Flinders (2014). Aqui as questões deixam de ser entendidas apenas como escolhas e analisa-se o contexto em volta, que fazem com que o cenário e a vivência seja comum a outras pessoas. Isso vem de encontro aos estudos sobre autonomia relacional (MACKENZIE e STOLJAR, 2000), que dizem que decisões não são tomadas isoladamente, mas dependem das relações e circunstâncias as quais as pessoas estão inseridas. No caso da exploração das empregadas domésticas, a situação passou a ser percebida num contexto ampliado, perpassado pelas relações sociais, falta de oportunidades, baixa escolaridade, raça e histórico familiar. Desta forma, os casos de explorações não mais são pensados apenas em razão de empregadores ruins, mas como fruto de toda uma conjuntura que possibilita que isto aconteça. Não bastaria, pois, “oferecer” outros serviços a essas mulheres a fim de mudar a situação existente, mas seria preciso estabelecer materialidades para que as melhorias propostas se tornassem viáveis.

Por fim, o terceiro tipo é da impulsão do debate para a esfera governamental, que deve propor alternativas à situação e tomar parte da responsabilidade (WOOD e FLINDERS, 2014). Como exemplo deste tipo de politização, podemos citar a Proposta de Emenda Constitucional nº 66, de 2012. Aprovada em 2015, a PEC das empregadas domésticas, como ficou conhecida, regulamenta a profissão e garante às empregadas os direitos dos demais trabalhadores, como adicional noturno, pagamento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), indenização em caso de despedida sem justa causa, seguro desemprego, salário-família, auxílio-creche e pré-escola e seguro contra acidentes de trabalho.

Outro exemplo de politização do terceiro tipo (WOOD e FLINDERS, 2014) é o caso que escolhemos analisar neste artigo. Na próxima seção investigaremos a publicação “moradia compartilhada - juntas somos mais fortes” postada no *Facebook* em 2017. Este anúncio gerou controvérsias e foi denunciado ao Ministério Público do Trabalho de São Paulo, que se responsabilizou e interveio na situação.

## “Juntas somos mais fortes?” - A naturalização da exploração de mulheres por mulheres

**Figura 1** - Print da postagem de Patrícia Malizia. Fonte: As autoras.



Fonte: Arquivo nosso. Extraído de <[www.facebook.com](http://www.facebook.com)>. Acesso em 15 de julho de 2017.

Em 3 de julho de 2017, a designer Patrícia Malizia publicou em seu *Facebook* um anúncio intitulado ‘Moradia Compartilhada - juntas somos mais fortes’ (figura 1). Na publicação, Patrícia oferecia o que chamava de “ótima oportunidade”: uma vaga em seu apartamento na zona sul de São Paulo em troca de serviços domésticos e cuidados de um garoto “bem-educado” de sete anos. A nova moradora deveria cuidar da criança na parte da manhã, cozinhar e servir almoço a ela, colocá-la no transporte escolar e

manter a casa organizada. A designer afirmava que era uma proposta de acolhimento e ajuda mútua.

Antes de outra coisa, gostaríamos também de chamar atenção para um detalhe do perfil da mulher que pode ser visto na imagem, embora o primeiro nome tenha sido coberto: a forma pela qual ela se identifica na rede social é “Patrícia Mãe do...”. Essa prática não é atípica nas redes sociais entre perfis de mães, principalmente das que se dedicam a blogs de maternidade ou a registrar e compartilhar, de forma pública, seus relatos e experiências como mães. Nesse caso em específico, o apelo do anúncio identificado como vindo de uma mãe, que ainda demonstra certa urgência em seu pedido de ajuda para compartilhamento da mensagem, vai se tornar ainda mais interessante em termos de análise, como veremos a seguir.

Entretanto, voltemos ao principal texto escrito do anúncio: “Moradia compartilhada - juntas somos mais fortes”. A frase “juntas somos mais fortes” é um dos muitos lemas que grupos feministas e mulheres em geral utilizam para convocar a adesão e engajamento às ações e aos movimentos. Compreendemos essa frase como um convite ao pertencimento, a identificação com uma coletividade que luta, por exemplo, pelos direitos das mulheres e pelo fim da opressão dos homens e do patriarcado.

Quando se utiliza dessa frase, a autora do anúncio remete, então, a um lema feminista, dando a entender que se posiciona dentro desse universo de luta e busca enquadrar seu anúncio dentro de um contexto marcado por ações de mulheres em prol de mulheres, que trabalham juntas para conquista de maiores direitos e espaço na sociedade. Entretanto, a proposta de Patrícia apresenta uma série de problemas que vão desde o mau uso desse discurso até o desrespeito às leis trabalhistas.

A situação proposta pela designer à possível moradora de sua casa se assemelha muito a uma prática que foi e ainda é muito comum em determinadas localidades do Brasil. As famílias mais abastadas costumam “pegar para criar” meninas de famílias mais pobres oferecendo a elas casa, comida, escola e até mesmo certo tipo de proteção, em troca de “uma ajudinha em casa”. Para muitas meninas pobres, que inclusive já realizam trabalhos domésticos dentro da própria casa para ajudar a mãe, isso é visto como uma oportunidade de não só comer e morar melhor, mas de poder ter um futuro melhor por meio dos estudos. Diversas nuances desse problema, entre elas a própria relação emocional que as trabalhadoras infantis desenvolvem com a família que as

emprega, aparecem no trabalho da pesquisadora Danila Cal (2016), que analisa justamente as relações de poder que envolvem os discursos em torno dessa atividade no estado brasileiro do Pará, em que ela demonstra existir um debate social em torno do tema do trabalho infantil doméstico.

No anúncio tratado aqui, a situação não pode ser descrita como dentro do universo do trabalho infantil doméstico, entretanto ela se assemelha dele por remeter a essa prática de “acolhimento” em troca de serviços domésticos. O texto possui grande apelo emocional baseado na questão da união de forças entre mulheres em auxílio mútuo: uma mãe pede ajuda para cuidar do seu filho, em troca de um teto. Entretanto, não é qualquer casa, é um apartamento “descolado, na Zona Sul de São Paulo”, região nobre, bem localizada que confere um status à moradia e se torna ainda mais sedutor. Uma mulher em condição social vulnerável pode enxergar nele a oportunidade de habitar uma região e uma casa que, em outras condições, não seriam acessíveis a ela. E o “preço” a ser pago pode ser entendido como relativamente pequeno para essas meninas, uma vez que a maioria delas, principalmente as mais pobres, são incumbidas, desde muito cedo, da limpeza da casa, preparo da refeição e cuidado das crianças mais novas, enquanto as mães saem, muitas vezes, para trabalhar nas casas de outras pessoas.

Nesse contexto, o discurso feminista opera oferecendo maior “segurança” para a interessada na vaga. Isso porque, através dela, a anunciante demonstra preocupação com a condição das mulheres enquanto coletividade. O uso da palavra “troca” para definir a natureza da relação também esconde a assimetria dela, desde o início. Uma das mulheres é proprietária da casa, mãe da criança e está oferecendo a vaga, mediante a realização de uma entrevista. O simples uso desse procedimento já deixa claro que a futura moradora da casa será avaliada antes de se mudar, correndo o risco de ser descartada.

Suponhamos que uma mulher se mude e passe a ocupar a vaga. É importante lembrar que não é oferecido a ela nenhum tipo de garantia de permanência no local além do teto. Não existe a preocupação em se a renda da mulher será suficiente para cobrir o custo de vida em uma região nobre de uma cidade grande. Não há especificação de quanto tempo do dia a mulher passará realizando as tarefas de cuidar da criança, se terá direito a visitas de familiares. Caso a dona da casa não goste dos serviços que ela oferece em troca, não existe nenhuma espécie de garantia para essa mulher.

Do mesmo modo, o discurso da maternidade, uma vez que se trata de uma mensagem vinda da mãe de uma criança, como identificada no próprio nome do perfil, buscando uma “alma gentil”, apela para uma condição que é passível de ser comum a maioria das mulheres: a de mãe. Através dele, a anunciante consegue, ainda mais, conferir o tom de pedido de ajuda ao anúncio de trabalho análogo à escravidão.

Em entrevista ao Huffpost Brasil (CASTRO, 2017), autora da publicação disse que “a ideia é ajudar, não escravizar ninguém”, “mães seriam bem-vindas”, que “não teria quartinho de empregada”, a nova moradora dividiria o quarto com a criança a quem tomaria conta. Estas falas, no entanto, geram indagações. Se a ideia é ajuda mútua, por que não procurar uma amiga ou pessoa da mesma faixa etária e classe social em vez de uma “estudante” ou “pessoa que busque por oportunidades na cidade grande”? Patrícia ajudaria nos cuidados do filho da nova moradora, caso ela tivesse? Por que ela não divide o quarto com o próprio filho e deixa a nova moradora num quarto sozinha?

O discurso de empatia promovido pela designer encontra uma série de lacunas e, por isso mesmo, foi alvo de críticas nas redes sociais. O anúncio foi denunciado ao Ministério Público do Trabalho de São Paulo - MPT/SP, com o qual Patrícia assinou acordo se comprometendo a cumprir a legislação trabalhista caso contrate alguém para ajudar no cuidado com casa ou com o filho. O acontecimento nos fala, então, de dois pontos: De um lado, há naturalização da exploração de mulheres através do serviço doméstico, que não é nem mesmo entendido por muitos enquanto um trabalho, mas como uma “ajuda”. Por outro lado, nos mostra que casos como estes vêm ganhando espaço na agenda pública e buscando maneiras de conscientizar e coibir abusos.

## **Considerações finais**

Como dito anteriormente no texto, a internet é um espaço privilegiado para a exposição de demandas de grupos minoritários que por vezes são marginalizados pela grande mídia.

Através do exemplo de Patrícia, é possível observar como a politização de determinados temas se faz importante para que grupos já vulnerabilizados tanto por ação do capitalismo quando pela divisão sexual do trabalho, como mulheres pobres e

negras, possam publicizar a opressão e as injustiças que sofrem, problematizando, por exemplo a naturalização da exploração de mulheres por mulheres.

Biroli (2017) afirma que homens e mulheres sofrem as consequências da divisão sexual do trabalho de maneiras distintas. Neste aspecto, a denúncia de anúncios deste tipo é parte fundamental para evidenciar as nuances mais finas das opressões sofridas por diferentes grupos de mulheres na nossa sociedade, além de chamar a atenção para a necessidade do enfrentamento não só do patriarcado, mas de todos os sistemas que operam na criação de vulnerabilidades para esses indivíduos.

Assim como no caso analisado, as instâncias legais para coibir esse tipo de ação existem, contudo, em uma série de outros casos, o entendimento por parte da população da injustiça presente na situação impede o acionamento desses recursos, deixando as pessoas que necessitam deles expostas às situações de exploração.

Consideramos que o enfrentamento das desigualdades e a busca por uma sociedade mais justa é feito coletivamente. Neste aspecto, o diálogo e a percepção dos danos precisa passar por um viés comunicativo, no qual diferentes nuances são destacadas e há a compreensão de que mesmo problemas aparentemente da vida privada, podem ser referentes à vida pública.

## Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CAL, Danila. **Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências**. Salvador: EDUFBA, 2016.

CASTRO, Grasielle. **Como uma “proposta de acolhimento” na internet gerou alerta e debate sobre trabalho escravo**. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/09/como-uma-proposta-de-acolhimento-gerou-uma-rede-de-alerta-para\\_a\\_23022724/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/09/como-uma-proposta-de-acolhimento-gerou-uma-rede-de-alerta-para_a_23022724/)> Acesso em: 26 abr 2018.

DERANTY, Jean-Philippe. What is work?: key insights from the psychodynamics of work. **Thesis eleven**, Los Angeles, v. 98, n. 1, p.69-87, ago. 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Volume 1. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 354 p.

MACKENZIE, Catriona; STOLJAR, Natalie. Eds. **Relational autonomy: feminist perspectives on autonomy, agency and the social self**. New York: Oxford University Press. 2000.

MAIA, R. C. M. Politicisation, New Media and Everyday deliberation. In C. HAY, M. FLINDERS, P. FAWCETT & M. WOOD (Eds.), **Anti-politics, depoliticisation and governance** (pp. 180-235). Oxford, UK: Oxford University Press. 2017

MANSBRIDGE, J. et al. A systemic approach to deliberative democracy. In J. Parkinson & J. Mansbridge (Eds.), **Deliberative systems**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012, P.1-26.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: Angela Marques. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 207-237.

OKIN, Susan. **Justice, gender, and the family**. New York: Basic Books. 1989.

PATIAS, N. D.; BUAES, C. S. “Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *In: Psicologia & sociedade*, 24(2), 2012, p. 300-306.

POLLETTA, F. & LEE, J. Is storytelling good for democracy? **Rhetoric in public deliberation after 9/11**. *American Sociological Review*, 2006. 71, 699723.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. *In: Terezinha Feres-Carneiro (Orgs). Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

SORATTO, Lúcia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. 2006. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

WOOD, M.;FLINDERS, M. Rethinking depoliticisation: beyond the governmental. *In: Policy & Politics*, 42(2), 2014, p. 151-170.